



Rosinha e Garotinho são indiciados por compra de votos

Depois de uma investigação que durou um ano e cinco meses, a Polícia Federal do Rio indiciou por crime eleitoral o casal e ex-governadores Rosinha e Anthony Garotinho; o deputado federal Geraldo Roberto Siqueira, conhecido como Geraldo Pudim (PMDB-RJ); e o deputado estadual Álvaro Lins (PMDB), ex-chefe da Polícia Civil do Rio.

O inquérito, com centenas de horas de gravações, fotografias, filmagens e até quebra do sigilo de e-mails, foi enviado esta semana ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, em Brasília. Para evitar vazamentos, um delegado entregou o documento em mãos. Caberá ao procurador-geral a decisão de enviar a investigação ao Supremo Tribunal Federal, já que o deputado federal Geraldo Pudim tem foro especial.

Os quatro são acusados de beneficiar um grupo formado por excedentes de um concurso para inspetor de Polícia Civil, em troca de votos nas últimas eleições. Cada um dos aprovados teria se comprometido, segundo as investigações, a conseguir até 50 votos para os candidatos Pudim e Lins. Pelo menos 300 excedentes foram incorporados aos quadros da Polícia Civil. A reportagem é do jornal *O Globo*.

O esquema montado com objetivo de captar votos dos excedentes tinha alicerce no Palácio Guanabara, segundo a PF. As ordens para o aproveitamento de parte dos candidatos aprovados no concurso de 2005, mas classificados além das 250 vagas oferecidas, eram repassadas “pessoalmente” pelo ex-governador Anthony Garotinho para Álvaro Lins, segundo inquérito iniciado a partir de provas reunidas pela PF nas operações Gladiador e Hurricane.

Ex-chefe de Polícia Civil, Lins aparece numa interceptação telefônica feita pela PF acertando, com Garotinho e Pudim, estratégias para garantir os votos dos excedentes. No diálogo, gravado em 12 de agosto passado, Lins pergunta a Garotinho sobre o “negócio dos garotos”. Garotinho responde: “É, eu vou fazer. Pudim vai fazer”. O trecho, segundo a PF, se refere à mudança no edital que permitiu a contratação de parte dos excedentes.

A investigação aponta fortes indícios de que os quatro indiciados teriam supostamente agido para prejudicar a candidatura do ex-deputado federal Josias Quintal, que ocupou o comando da Secretaria de Segurança no governo Garotinho. A PF constatou que, para evitar a eleição de Josias, vários policiais civis indicados para postos-chaves pelo ex-secretário foram transferidos. A decisão “teria sido do próprio Garotinho”, como afirmam policiais federais.

Date Created

06/07/2007